
OS NOVOS MAL-ENTENDIDOS TRANSATLÂNTICOS

OS NOVOS MAL-ENTENDIDOS TRANSATLÂNTICOS (*)

A OTAN está morta? Interroga-se, num artigo publicado antes da invasão do Afeganistão pelos Soviéticos, um comentador americano, Irving Kristol. Do outro lado do Atlântico, Michel Poniatowski propunha a criação de uma força nuclear europeia que colocasse o Velho Continente ao abrigo da rivalidade incontrolada entre os dois supergrandes. Mesmo se representam tendências extremas, estas manifestações do regresso a um neo-isolacionismo americano e a um neoneutralismo europeu são simbólicas de uma crise grave nas relações transatlânticas. Esta crise não nasceu de «Kabul», mas a invasão soviética agiu como um revelador das divergências que haviam já surgido entre Europeus e Americanos nos planos económico (os problemas energéticos e monetários em particular), militar (os problemas ligados à modernização das forças nucleares na Europa), económico-militar (a proliferação nuclear e as vendas de armas) e político (o futuro da «détente» e o conflito do Próximo-Oriente). O acordo concluído em Dezembro de 1979, relativo à modernização das forças nucleares de teatro da OTAN, não podia ser suficiente para pôr fim à crise latente que existia, depois da guerra de Outubro de 1973 e da crise da energia, entre os membros da Aliança. Ainda que superficialmente familiar, a crise não deixa de constituir novidade devido ao contexto geoestratégico em que se insere e ao facto de implicar tanto a Alemanha como a França.

Uma crise familiar

Depois da crise afegã, os Europeus e os Americanos têm demonstrado, na formulação das suas críticas respectivas, reflexos clássicos alimentados por preconceitos e mal-entendidos acumulados anteriormente. Para os Europeus os Estados Unidos são, simultânea ou sucessivamente, irrespon-

(*) Artigo a ser publicado, em francês, num volume colectivo sobre «As novas dimensões da segurança na Europa» de uma nova colecção a lançar pelo Instituto Francês de Relações Internacionais (IFRI) sob a designação «Travaux et Recherches».

sáveis pelo aventureirismo ou pela passividade incoerentes na formulação ou na concretização da sua política externa. Mais ainda, eles decidem e agem sós, exigindo dos aliados, que não consultam, um apoio cego. Para os Americanos, ao contrário, os Europeus mostram-se ingratos, egoístas, cínicos e, também, irresponsáveis, no seu apego vão a uma «détente» e a um diálogo a todo o preço com a URSS. Historicamente, a Aliança Atlântica tem simbolizado a garantia política e militar oferecida pela América a uma Europa enfraquecida no após imediato da Segunda Guerra Mundial e ameaçada pelas manifestações da guerra fria. Duas perguntas têm dominado, desde sempre, os debates transatlânticos:

- O que vale a garantia americana?
- Até onde se estende ela geograficamente?

Os Europeus têm formulado três tipos de críticas e acusações em relação à garantia americana. Num primeiro tempo, esta garantia foi considerada militar e simbolicamente insuficiente. Por ocasião da guerra da Coreia, quando a ofensiva norte-coreana parecia prefigurar o desencadear de uma ofensiva soviética na Europa, os Europeus pressionaram os Estados Unidos no sentido de reforçar a sua presença militar e de a tornar mais crível, nomeando um general americano para o comando do SHAPE. Num segundo tempo, depois de ter desaparecido a invulnerabilidade do território americano face às armas soviéticas, é a própria noção de garantia que foi posta em causa no contexto da noção de aliança na era nuclear: os Estados Unidos não podiam estar prontos a sacrificar Washington por Paris.

O terceiro receio dos Europeus, sobretudo evidente depois do abandono pelos Estados Unidos da doutrina das represálias maciças, e da adopção das represálias graduadas, era que a garantia americana não viesse a traduzir-se na destruição de uma Europa de que as super-potências, no desejo de se pouparem mutuamente, fizessem campo de batalha privilegiado das suas rivalidades: a submissão, neste caso, não seria preferível ao aniquilamento?

A extensão da zona geográfica coberta pela Aliança tem constituído o outro motivo de desacordo principal entre os Aliados. A evolução do sistema internacional, a importância crescente do resto do mundo para a segurança da Aliança Atlântica, e da Europa em particular, tem acentuado o carácter artificial de uma divisão que, desde a origem da OTAN, tem sido objecto das críticas mais vivas. A França, depois de haver tentado

obter a extensão da solidariedade atlântica a zonas exteriores à Aliança (a Indochina de 1950 a 1954, a Argélia de 1956 a 1958) receou que a Aliança a levasse a empenhar-se, contra a sua vontade, num conflito mundial nascido do aventureirismo americano: estes temores, que o discurso de Phnom Penh do general de Gaulle, em plena guerra do Vietname, simboliza, reaparecem, em certa medida, por ocasião da crise iraniana, através dos conselhos de moderação dados pelos Europeus aos Americanos. Hoje, ironicamente, são os Americanos que procuram convencer os Europeus reticentes de que a segurança do Ocidente, e a da Europa em particular, passa pela defesa do Golfo. As setas vermelhas que, nos anos cinquenta, os generais franceses traçavam sobre as cartas dos Estados-Maiores, e que, partindo de Moscovo, atravessavam a África e o Próximo-Oriente para alcançar a Europa, tinham por finalidade principal convencer os Aliados Americanos que a defesa da Europa passava pela manutenção da Argélia francesa. Aquelas setas foram hoje substituídas pelas declarações de Brejinski sobre a instabilidade do «arco de crise» e pelos esforços dos Americanos para convencer os Europeus de que são eles os primeiros a ser atingidos por aquilo que se passa no Golfo.

Aliás, simultaneidades entre a crise internacional e a crise no seio dos blocos haviam já surgido anteriormente, quando da querela da CED (1) e do rearmamento alemão, de 1950 a 1954, ou durante a crise do Suez em 1956. Contrariamente ao que numerosos comentadores parecem hoje pretender, a solidariedade, ainda que relativa, demonstrada pela Aliança quando das crises de Berlim e de Cuba, está longe de ter sido a regra geral. Face a um presente decepcionante, há sempre a tendência para exaltar o passado.

Hoje, também, como em 1956, ou como em 1973 quando da guerra do Kippur, a crise da Aliança é o produto das divergências surgidas de problemas a ela exteriores (o conflito do Próximo-Oriente, a crise iraniana, a crise afegã).

Ressalvadas as evidentes diferenças, há um paralelo tentador a estabelecer entre 1956 e 1980. Suez facilitou Budapeste, Kabul impedirá Varsóvia?

Sem dúvida, duas diferenças principais tornam a analogia difícil: em 1980, a URSS encontra-se no *coração* de duas crises e a Aliança não está tão enfraquecida como ela o podia estar no Outono de 1956. Mais ainda, os

(1) «Communauté Européenne de Défense» — «Comunidade Europeia de Defesa» (NT).

Polacos, até ao presente, têm demonstrado uma maturidade política que faltou aos Húngaros.

Estes paralelismos históricos são naturais e inevitáveis, e são devidos largamente às ambiguidades de uma aliança entre uma grande potência e potências médias cujos interesses e percepções, globais ou regionais, não podem senão opô-las, a despeito da sua união face a um perigo comum.

Uma crise singular

Esta ilusão do familiar, do já visto, devido ao facto de todos os «ingredientes» das crises precedentes se conjugarem na crise actual, não poderá iludir a sua originalidade fundamental e a sua gravidade extrema. A evolução da relação de forças entre os dois Grandes, do sistema internacional no seu conjunto, criam um contexto radicalmente diferente, que deverá conduzir a repensar as relações transatlânticas. Tradicionalmente, a protecção da Europa era assegurada pelo equilíbrio estratégico entre os Estados Unidos e a URSS. A superioridade nuclear contrabalançava a superioridade convencional da União Soviética na Europa, num momento em que o potencial militar dos Estados Unidos era global, enquanto o potencial da URSS era regional. Uma dupla evolução veio a pôr em causa este equilíbrio. Não apenas os Estados Unidos passaram insensivelmente da superioridade nuclear à paridade, mas ainda esta mesma paridade é posta em questão pelos progressos consideráveis conseguidos pelos soviéticos em matéria de armas nucleares estratégicas e táticas à sombra da negociação SALT (progresso simbolizado pela ameaça dos «SS-20» sobre a Europa). Uma repetição da crise de Cuba de 1962 tornou-se impossível em virtude da globalização do potencial militar soviético, com uma presença naval, em particular, que acompanhou e contribuiu para o reforço do seu potencial estratégico. No momento em que os Estados Unidos, no prosseguimento do seu traumatismo vietnamita, tinham a tendência para se retraírem, para se «regionalizarem», traídos nas suas esperanças de estabilização indirecta pelo desmoronar dos pilares regionais da sua segurança (Vietname do Sul, Irão), os Soviéticos faziam dos Cubanos e dos Alemães do Leste os pilares da sua acção de desestabilização do Terceiro-Mundo.

Esta evolução da relação de forças conduz a enunciar de uma forma nova uma questão antiga. O contrato explícito que era a base da Aliança

Atlântica mantém-se ainda hoje, e a Europa goza ainda da protecção americana? o que é posto em causa, pela evolução das tecnologias e da relação das forças em presença, já não é a vontade ou a possibilidade psicopolítica na era nuclear de uma superpotência proteger outros Estados, e estender a estes a noção de interesses vitais, mas sim a capacidade material de os Estados Unidos manterem a credibilidade das suas garantias.

Trata-se de uma vitória póstuma, mas paradoxalmente irónica, do general de Gaulle. Os acontecimentos deram-lhe razão ao reporem em causa a garantia da protecção americana à Europa, justificando assim a escolha feita pela França ao dotar-se de uma força nuclear independente. Mas, era ao abrigo do «chapéu-de-chuva» atómico americano, e porque ele existia — com a França fazendo ou não parte da organização militar integrada da OTAN — que o general de Gaulle podia alargar a margem diplomática da França e pagar-se o luxo de uma independência tanto mais ampla quanto se baseava na protecção assegurada por outrem. Que acontece quando a protecção americana já não é uma garantia e quando o problema já não é tanto o de alargar a margem de manobra diplomática (prioridade francesa) ou de distribuir mais equilibradamente o encargo militar da aliança, «*burden sharing*»,⁽²⁾ mantendo o máximo de coesão política (prioridade americana), mas sim o de contribuir para compensar, por um esforço suplementar, o desequilíbrio que se tinha criado?

As forças nucleares independentes da França e da Grã-Bretanha, as forças convencionais da Alemanha Federal, devem ser agora consideradas como peças essenciais e integrais de um conjunto defensivo que a percepção de uma ameaça comum deveria unir.

A evolução negativa da relação de forças Este-Oeste é tanto mais preocupante quanto ela coincide com uma transformação do sistema internacional que se pode resumir da seguinte forma: nunca os países ocidentais, colectivamente, dependeram tanto do «resto do mundo» (energia, matérias-primas, segurança) e nunca, também, aqueles países tão-pouco controlaram este conjunto heterogéneo que a instabilidade interna dos seus regimes (instabilidade natural nascida do subdesenvolvimento político e económico) agravada pelo risco da proliferação nuclear, reforçada pela revolta das culturas locais, tornou incontrollável nas suas evoluções. Esta instabilidade confere vantagem à URSS, potência revolucionária, em relação aos Estados

(2) «Divisão de Encargos» (NT).

Unidos, potência favorável ao *status quo*, ainda que, a um nível ideológico, o marxismo, produto do Ocidente, seja um modelo de desenvolvimento posto em causa pelos seus desaires e pelas suas origens ocidentais tal como o capitalismo.

Esta dupla evolução estratégica em detrimento da Aliança produz-se no momento em que, às causas tradicionais de tensões e de mal-entendidos entre os Aliados, se juntam causas novas e específicas ligadas à defesa de interesses adquiridos e de percepções divergentes. É tragicamente no momento em que a unidade da Aliança é mais necessária que ela surge como mais difícil.

Uma crise Europa/Estados Unidos

A excepção do Suez em 1956, os mal-entendidos transatlânticos têm sido, na realidade, tradicionalmente dominados pelas crises nas relações entre a França e os Estados Unidos. Hoje, a crise concerne as relações entre os Estados Unidos e a Europa no seu conjunto e, no seio desta, a República Federal em particular. Esta transformação da natureza da crise constitui um dos factores potencialmente mais graves para o futuro da Aliança Atlântica. A República Federal não é apenas a primeira potência económica europeia — a sua situação geográfica de país-fronteira entre o Este e o Oeste, a sua situação política sempre dominada pela sua divisão, a sua situação psicológica ainda marcada pelo peso da sua responsabilidade na última guerra mundial, fazem dela o Estado chave do conjunto do equilíbrio europeu. A Aliança Atlântica, a construção europeia, têm constituído respostas ao problema alemão. A Alemanha é a verdadeira parada da rivalidade Este-Oeste na Europa, e a França uma carta essencial de que a URSS procura servir-se para obter uma neutralização da Alemanha que lhe permitiria realizar o seu objectivo eterno — o controlo político de uma Europa Ocidental cujas instituições democráticas e sistema económico seriam preservados, mas cuja política externa seria alinhada pela da URSS.

Nos anos 70, uma brecha foi aberta progressivamente nas relações privilegiadas entre a Alemanha e os Estados Unidos, brecha que seria demasiado fácil explicar unicamente pelas relações difíceis que hoje podem existir entre o presidente Carter e o Chanceler Schmidt. Mais profundamente, esta brecha explica-se pela conjunção no tempo de vários factores.

A Alemanha, no momento em que as suas responsabilidades no seio da comunidade europeia, mas igualmente no seio da Aliança (ajuda a Portugal e à Turquia), são cada vez maiores, não pode deixar de tomar consciência das responsabilidades políticas que lhe confere o seu potencial económico, e da impossibilidade crescente de ser ao mesmo tempo um gigante económico e um anão político. Esta evolução é acelerada pelos receios alemães quanto à credibilidade das garantias americanas e pelas suas dúvidas quanto ao futuro da potência americana no seu conjunto; ela conduz a Alemanha à adopção de uma atitude «discretamente gaulista», segundo a expressão de Cristoph Bertram, e é agravada pelo facto de o próprio processo da «détente» afastar objectivamente a República Federal dos Estados Unidos e a aproximar, ainda que por motivos diferentes, da análise e do comportamento da França.

Para a República Federal, que reivindica tanto como a França a paternidade das suas origens, a «détente» não tem apenas uma dimensão política (divisão de Berlim), humana (a possibilidade de contactos mais frequentes entre a Alemanha de Leste e de Oeste), mas igualmente uma dimensão económica essencial (50% do comércio Este-Oeste é exclusivamente assumido pela República Federal). A Alemanha, mais do que nenhum outro país ocidental, encontra-se dependente da continuação da «détente». Existe um paralelismo entre as atitudes alemã e francesa, uma compatibilidade entre os seus dois projectos.

Para a França, a «détente» entre os dois grandes é a chave da sua independência diplomática. Um regresso a uma tensão excessiva obrigaria a França a escolher mais nitidamente o seu campo e a diminuir, assim, uma margem de manobra diplomática tradicionalmente fundada na coerência de um discurso voluntariamente, ou, por vezes, involuntariamente, ambíguo. Para os Estados Unidos, ao contrário, o processo de «détente» com os Soviéticos, que começa imediatamente após a crise de Cuba e que surge nitidamente associado às negociações sobre o controlo dos armamentos, visa assegurar, com o mínimo custo e com o mínimo risco, a estabilidade de um equilíbrio bipolar. A dependência americana, face à «détente», é económica, política, mas também psicologicamente, inferior à dos Europeus. Um oceano e a metade de um continente separa os americanos da URSS. Os Estados Unidos são, aliás, useiros e vezeiros em alterações bruscas na linha da sua política externa (o «síndrome Wilsoniano» tão bem descrito por Stanley Hoffmann). A estes conflitos objectivos de prioridades juntam-se as con-

siderações de ordem psicológica ligada à aparição, na cena política de gerações novas cuja educação e sistemas de valores são diferentes. Isto é particularmente verdadeiro nos Estados Unidos e na República Federal, os dois pilares tradicionais da Aliança. Nos Estados Unidos, o ideal europeu do após-guerra surge pouco a pouco desvanecido face à conjunção de vários factores:

- A aparição de uma Europa como realidade económica em competição com os Estados Unidos, mas também de um ideal político cuja credibilidade tem sido cimentada pouco a pouco ao longo de anos;
- Um declínio do interesse pela Europa e do seu conhecimento da parte das elites políticas americanas. Nixon foi o último presidente dos Estados Unidos a ter da realidade internacional, no seu conjunto, um conhecimento real, a par de uma admiração profunda por um chefe de Estado europeu — o general de Gaulle. Hoje, enquanto os estudos europeus surgem em retrocesso nos Estados Unidos, as eleições para a Casa Branca opõem dois candidatos cujo provincianismo os aproxima para além de tudo que os separa. No caso do candidato Reagan, a sua ignorância da Europa é agravada pela presença à sua volta de um ambiente intelectual com frequência apaixonadamente anti-europeu, que assimila a Europa actual às democracias «muniquenses» de entre as duas guerras. Paradoxalmente, Kissinger, o Europeu, também contribuiu para esta separação psicológica ao insistir na indissolubilidade de uma ligação «de interesses», e não já na comunidade de valores, entre a Europa e os Estados Unidos.

A América moralista, ainda que seja a que mais irrita a Europa dos maquiavelismos moderados, é também aquela que constitui a melhor garantia para a Europa. Nos Estados Unidos, pelo menos, as atitudes são mais influenciadas por princípios morais do que por interesses bem compreendidos.

Na República Federal, a influência americana tende, também, a diminuir entre as elites, no momento em que o modelo americano parece declinar com a potência americana. Com a aparição da nova geração, a relação especial entre os dois Estados tende a acentuar-se.

A atitude divergente da Europa e dos Estados Unidos face à crise internacional não se explica apenas pela crescente contradição dos interesses

imediatos dos dois parceiros. Traduz ainda o facto de que cada país tem a tendência para interpretar as intenções da URSS em função dos meios de que dispõe.

Apesar das *nuances* que parecem existir entre eles (assumindo, aparentemente, a Grã-Bretanha uma atitude mais firme), existe, fundamentalmente, uma aproximação dos países europeus distinta da dos Estados Unidos. A Inglaterra, o país *a priori* mais fraco, recorre ao discurso mais firme, mas não consegue traduzir em acção as suas declarações. A atitude da Grã-Bretanha explica-se, contrariamente às conjecturas de alguns, menos pelo seu atlantismo do que pela visão «Reaganiana» da URSS assumida pela senhora Thatcher. A inexperiência do Primeiro-Ministro encontra-se atenuada pela influência moderadora do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros e, frequentemente, anulada pela oposição de um Parlamento muito mais interessado no benefício da «détente» do que parece estar o Governo inglês.

O governo Schmidt, todavia, não pode ir muito longe no prosseguimento de uma «détente» unilateral, por receio de ferir abertamente as sensibilidades americanas, e porque se encontra em período pré-eleitoral. As reivindicações dos operários polacos permitiram-lhe evitar um encontro com Honecker que o «Verão polaco» tornava embaraçoso para as duas Alemanhas. Considerações de política interna e uma tradição de independência levariam, ao contrário, a França a criticar ainda mais uma política americana em relação à qual tem, contudo, menos razões objectivas para se dessolidarizar do que a República Federal, mais dependente da «détente». De facto, existe uma evidente coligação franco-alemã cujos membros se reforçam mutuamente nas suas críticas em relação aos Estados Unidos, e que retiram simultaneamente, da sua união, a justificação ou defesa das suas críticas. É, sem dúvida, fácil denunciar as inconsistências da política externa dos Estados Unidos.

O discurso implícito da França, apesar do seu carácter próprio, é simbólico da posição dos Europeus a respeito da crise internacional após o início da crise afegã.

A França e a crise internacional

O discurso francês surge baseado nos seguintes desenvolvimentos: enquanto os Estados Unidos se mostravam hesitantes e passivos diante do aventureirismo dos Soviéticos no Terceiro-Mundo, no momento em que, por

exemplo, Andrew Young elogiava o papel positivo dos cubanos em África, os Franceses demonstravam coragem e realismo ao intervir no Shaba. Hoje, a França mantém o diálogo com a URSS no momento em que os Estados Unidos, deixando de acreditar nas suas virtudes, assumem reacções excessivas e por via demasiado indirecta (embargo, boicote dos Jogos Olímpicos), como para compensar as suas inconsistências e erros passados. Para os Franceses, firmeza e diálogo são complementares e não incompatíveis. A firmeza manifesta-se pela política de presença militar francesa em África, em Djibouti, e manifestar-se-á em todas as paragens onde uma intervenção militar de fraca dimensão venha a surgir como necessária e possível. Esta firmeza traduz-se, também, pela formulação de uma política de defesa definida à margem do diálogo Este-Oeste e dele independente, o que explica que a França tenha recusado associar-se às negociações entre os blocos sobre o controlo dos armamentos na Europa. A política de defesa da França é uma das condições da «détente», mas não é um dos seus elementos. Pela modernização das suas forças nucleares, pelo lançamento de novos submarinos e pela aquisição de armas neutrónicas, a França demonstra uma firmeza que, aliás, lhe permite prosseguir o diálogo com a URSS e ir, por exemplo, a Varsóvia encontrar Brejnev.

No respeitante ao Afeganistão, recusando o facto consumado da ocupação soviética, a França denuncia a aliança *contranatura* entre aqueles que, em nome da «détente», tendem a subestimar a importância da crise afgã, e que pretendem prosseguir, como se nada tivesse acontecido, as negociações sobre o controlo dos armamentos com a URSS, e aqueles que, em oposição, pretendem punir a URSS algures e dissuadi-la, assim, de ir mais longe no Golfo, mas admitindo que Kabul está definitivamente perdida. A França rejeita esta interpretação porque considera que, embora não se possa punir uma superpotência como a URSS, não é admissível, por outro lado, aceitar o facto consumado da invasão de um país não-alinhado sem criar um precedente moralmente inaceitável e politicamente perigoso. Convém, portanto, bater-se pelos meios diplomáticos para obter uma retirada soviética do Afeganistão. Em Veneza, por ocasião do último conselho europeu, e isto mediante insistência da França, a resistência afgã foi descrita como a de uma população inteira lutando contra o invasor, e a retirada completa das tropas soviéticas foi exigida com evidente nitidez e firmeza. A França insiste, aliás, na dimensão Este-Sul da crise e não apenas na sua dimensão Este-Oeste, e entende utilizar as boas relações de que beneficia com o

Terceiro-Mundo e com os países não-alinhados como meio de influenciar indirectamente os Soviéticos. Os resultados da segunda conferência de Islamabad parecem, senão contradizer, pelo menos, moderar as esperanças da França a este respeito. Com efeito, os países islâmicos denunciam, com a mesma violência, o imperialismo soviético e o imperialismo americano, em nome de um Islão intransigente, antiocidental mas, todavia, prudente em relação ao seu muito poderoso vizinho soviético. Preservar o diálogo com a URSS pode significar, também, preparar a França para desempenhar um papel diplomático eventual no futuro. Pela sua capacidade de influenciar os Soviéticos e de surgir como um recurso possível logo que uma solução política se tornar necessária para resolver o conflito afegão, a França poderia utilizar o precedente da conferência de Paris sobre o Vietname para justificar uma tal aproximação e tais esperanças.

Se esta análise não trai as intenções da política francesa, é lícito pensar que esta sofre, apesar da sua coerência incontestável, de uma dupla fraqueza:

- Pode parecer muito passiva. Quando a crise atinge uma tal gravidade é difícil de se contentar em aguardar e em assumir uma atitude de observação ou de empenhamento eventual;
- A vontade francesa de manter o diálogo com a URSS, ainda que louvável em si mesma, seria perigosa se derivasse de uma apreciação errada da relação de forças entre os dois Grandes, se fosse em particular demasiado optimista ou demasiado pessimista sobre o potencial e a protecção americanos, e se tivesse da URSS uma visão demasiado racional, demasiado «Contiana», negligenciando a dimensão ideológica do conflito entre os dois campos. O processo de negociação, ele próprio, ainda que indispensável, pode ser perigoso se vier a contribuir para criar a ilusão de que os dois protagonistas falam a mesma linguagem. O simples facto simbólico de ir a Varsóvia é mais importante do que tudo aquilo que possa ser afirmado, e foi habilmente explorado pelos Soviéticos, como arma de propaganda muito eficaz.

Os remédios possíveis

Aguardar dos Europeus e Americanos percepções idênticas da ameaça, reacções semelhantes face às diferentes crises, políticas uniformes, não seria nem realista nem desejável. Nunca assim aconteceu no passado.

A diferença de interesses e de pontos de vista é inevitável e fundamenta-se na geografia, na história e na própria dimensão dos diferentes protagonistas. Para os Estados Unidos, o conflito israelo-árabe, por exemplo, é tanto um problema de política interna como um conflito internacional em relação ao qual têm uma percepção global. Para os Europeus, trata-se apenas de política externa, ainda que a componente energética do conflito lhe confira uma dimensão vital. Convém aceitar estas divergências de pontos de vista como pontos de partida que a evolução dos últimos dez anos mais não tem feito que acentuar.

Cada época, para responder às divisões de momento, tem tido a tendência para criar as suas fórmulas, para inventar os seus mecanismos. Contudo, ninguém saberia preencher a ausência de vontade política. Não se pode pelo expediente do mecanismo técnico transcender uma dificuldade política, e o desaire do projecto MLF ⁽³⁾, no início dos anos 60, ilustra amplamente esta conclusão.

Ao «Grand Design» do presidente Kennedy, sucedeu a fórmula de um *burden sharing* popularizado pelo senador Mansfield. A expressão hoje corrente é a da *divisão de trabalho* que pressupõe uma partilha baseada numa complementaridade de esforços entre Americanos e Europeus, tanto na Europa como no exterior do quadro europeu, isto é, no exterior do território coberto pela OTAN. No entanto, esta divisão de trabalho é susceptível de integrar realidades diferentes. A pior fórmula seria aquela que reservasse a prossecução da «détente» aos Europeus e o encargo da defesa aos Americanos. Justamente denunciada por Henry Kissinger, esta fórmula seria aquela que permitiria, sem dúvida, aos Soviéticos explorar as divisões ocidentais. A crise afegã e os seus desenvolvimentos reservaram aos Soviéticos uma boa e uma má surpresa. A má surpresa foi, e continua a ser, a resistência dos próprios afegãos, resistência para a qual os acontecimentos de Praga em 1968 e mesmo os de Budapeste em 1956 não os haviam preparado, e que aparenta cada vez mais a resistência afegã à resistência vietnamita, com a diferença significativa de que se existiam Vietnamitas anti-comunistas, não parece existirem Afegãos pró-soviéticos. A boa surpresa para os Soviéticos foi justamente constituída pelas tensões e divisões no seio da Aliança, incluindo a divisão do trabalho no exterior da zona coberta pela OTAN.

(³) MLF — «Multilateral Force» — «Força Multilateral» (NT).

Os países europeus, a França e a Grã-Bretanha em particular, porque não são superpotências, porque possuem uma longa tradição de presença comercial, e depois colonial, e uma melhor compreensão das culturas locais, podem surgir em melhor posição para responder às hipóteses de desestabilização interna, tanto nos países do Golfo como em África. Tais intervenções exigem a constituição de forças de intervenção móveis europeias, mais importantes do que o são hoje (a operação de Kolweizi estava no limite das capacidades francesas), prevendo também uma melhor cooperação e coordenação dos esforços entre as potências europeias. Convirá evitar o ressurgimento das rivalidades neocolonialistas entre os franceses e os ingleses, repetindo Fachoda⁽⁴⁾, em vez de se unirem face a um perigo de desestabilização comum. Um tal reforço das forças de intervenção europeias está em contradição com a ideia americana de pedir aos Europeus para se empenharem mais na defesa da Europa, o que permitiria às unidades americanas ou ao material americano estacionados no nosso continente serem utilizados rapidamente em caso de crise militar grave, por exemplo, no Golfo. As duas alternativas, que não são forçosamente incompatíveis, baseiam-se em dois cenários diferentes. Pode pensar-se que os Europeus são mais dotados para fazer face a situações de desestabilização interna, para as quais são suficientes intervenções militares limitadas. Em caso de ofensiva soviética no Golfo, tendo em conta a relação de forças nesta região do Mundo, as forças americanas seriam provavelmente incapazes de impedir as tropas soviéticas de controlar os poços de petróleo sem recorrer à escalada nuclear, dado que a superioridade aeronaval dos Estados Unidos não contrabalança a superioridade local aeroterrestre dos Soviéticos.

Ao nível político — o mais importante, dado que a utilização militar pela URSS da sua superioridade estratégica é menos de temer do que o seu uso psicopolítico — convirá, sobretudo, introduzir uma coerência entre a linguagem e a acção de cada um dos parceiros. Tendo em atenção o seu potencial respectivo e as condições actuais da Aliança, aquilo que dizem os Europeus é tão importante, senão mais importante, quanto as suas acções. O que fazem os Americanos é mais importante do que aquilo que dizem.

Os Europeus não deveriam duvidar dos esforços louváveis que os Americanos fazem para reforçar a sua defesa ou anular os benefícios do

(4) No Sudão, ocupada em 1898 pela expedição Marchand e, posteriormente, devolvida aos Ingleses (NT).

seu programa de economia da energia por um discurso ambíguo ou carente de firmeza, susceptível de contribuir para o agravamento das suas relações com os Estados Unidos e de ser explorado politicamente pelos Soviéticos. Para os Americanos, uma linguagem firme só será possível se dispuserem dos meios necessários para tornarem crível o seu propósito. Uma grande potência não pode permitir-se o recurso a fanfarronices.

Relacionando, como é indispensável, as suas tomadas de posição sobre o problema palestino e as suas possibilidades de presença no Golfo e no mundo árabe no seu conjunto, os Europeus permitem aos ocidentais estar presentes entre os países que rejeitam o processo de Camp David mas se inquietam com a penetração soviética na sua região. A iniciativa europeia pode também ter o mérito de reforçar aqueles que em Israel rejeitam a política suicida do Primeiro-Ministro Begin. Mas o Próximo-Oriente não deve tornar-se, pelo seu conteúdo passional e energético, a fonte permanente de mal-entendidos transatlânticos. No plano político, uma iniciativa europeia pode ser apresentada como complementar e não em contradição com o processo de Camp David. Da mesma forma, a adopção por todos os Governos de programas severos de economia de energia será a única maneira de reduzir esta fonte de tensões nas relações entre a Europa e os Estados Unidos. A contribuição da França nesta matéria é já mais do que significativa.

Que Europa por que aliança?

Estará a Europa condenada a não ser mais do que uma «impotência regional», presa entre a incoerência de um protector diminuído e a agressividade ameaçadora da URSS? O fundo do problema é político e militar mas também psicológico.

Para adoptar uma política mais firme face à URSS e mais consciente da sua solidariedade com os Estados Unidos, a Europa deveria ser menos dominada pela rivalidade e pequenez dos seus egoísmos nacionais. A despeito da existência, desde há vinte anos, do Mercado Comum, a Europa, realidade económica, não é uma realidade nem política nem psicológica — para se definir é necessário ter valores a defender e a propor e ter uma visão positiva de si própria. Como os homens que não viveram verdadeiramente temem mais a morte do que os outros, as sociedades europeias parecem fechar-se

em si mesmas, no sonho ilusório de escapar, se possível, à História, agora que já não são grandes potências. Por terem estado, ainda não há muito tempo, e de maneira tão dolorosa, no coração da História, as potências europeias refugiam-se em si mesmas num estado de esgotamento saciado e satisfeito?

No momento em que um espectro ameaça o equilíbrio da Europa totalitária, o da classe operária, será paradoxal que, por abandono consciente ou involuntário, a Europa ocidental se *autofinlandize*. O modelo soviético apenas foi capaz de dotar a URSS com um tremendo potencial militar — o seu desaire nos restantes domínios é total. Compete-nos garantir os meios necessários à defesa de um sistema que, apesar de todas as suas fraquezas, não deixa de ser superior. Os Europeus deveriam, ao mesmo tempo, ter uma noção mais clara daquilo que os Estados Unidos devem fazer e conferir um carácter construtivo às suas críticas. Estas últimas, serão tanto melhor recebidas quanto mais firme e clara se revelar a linguagem adoptada em relação aos Soviéticos. Os Europeus devem também aceitar que o uso da força militar poderá ser, em determinadas oportunidades, inevitável. É paradoxal ver os Europeus recusar uma visão trágica da História no momento em que os Americanos, a ela tradicionalmente avessos, começam a adoptá-la.

Como poderá a «détente» ser divisível, como parecem desejá-lo certos Europeus, se a ameaça é global? Num sistema internacional, tragicamente unificado por uma rivalidade Este-Oeste, agravada pela instabilidade natural do resto do mundo não ocidental, não existe protegida uma ilha que seja. Para empregar a fórmula de Pascal, embarcámos todos no mesmo navio, e será imoral e, sobretudo, ilusório, pretender combinar, simultaneamente, as vantagens da protecção americana e do isolamento em relação aos turbilhões de um mundo instável.

Os americanos, pelo contrário, não devem cair na ilusão de que a força militar — e ela só — constitui a resposta para tudo e pode dispensar a acção diplomática.

O «síndrome de Popeye», para utilizar a fórmula de Stanley Hoffmann ao descrever o programa de política externa do candidato Reagan, é tão perigoso, senão mais, como o pode ser a mistura de moralismo, de incoerência, de ligeireza e de aventureirismo do presidente Carter e do seu principal conselheiro de política externa, Brejinski. Não é tanto a ausência de consulta aos aliados que constitui o defeito principal da política ame-

ricana — ainda que necessária, a consulta é sempre difícil em período de crise —, é, antes do mais, a sua falta de coerência. Nada será mais perigoso do que a combinação de um optimismo europeu temeroso com um pessimismo americano.

Para lá de todas as inquietações, que a crise actual legitimamente justifica, existem razões para ter esperança. Contrariamente às analogias que são utilizados muitas vezes, não estamos em 1914. A guerra, e sobretudo a guerra nuclear, não é aceitável para ninguém como remate normal de um processo diplomático. Não há dúvida que a evolução das tecnologias nucleares e a dupla revolução da precisão e da miniaturização, que explicam as mudanças surgidas na doutrina estratégica americana, tornam previsíveis guerras nucleares limitadas. Mas trata-se, aqui, de uma argumentação estratégica; psicologicamente, o *tabu* nuclear existe sempre.

Não estamos em 1939.

Os dirigentes soviéticos, apesar da sua superioridade estratégica actual e de todas as fórmulas sobre as «janelas de vulnerabilidade» do Ocidente, não têm tido o sentimento, como Hitler podia ter em 1939, de que dispõem de pouco tempo para realizar o seu projecto. A visão de um *status quo* dinâmico que domina a concepção soviética das suas relações com a Europa de Oeste traduz a confiança própria numa ideologia universalista e optimista que acredita que a História vai no seu sentido. Será isto ainda verdadeiro depois dos acontecimentos da Polónia? O maior perigo para o equilíbrio europeu reside na conjunção de uma URSS que se sinta ameaçada na sua capacidade de controlo do seu *glacis* imediato, prisioneira do seu empenhamento no Afeganistão, e que faça face a uma Europa dividida, separada pela incompreensão dos Estados Unidos.

A Europa deve dizer, com toda a clareza e toda a firmeza necessárias, que uma eventual intervenção dos carros de combate soviéticos em Varsóvia será o *toque de finados* da conferência de Madrid e reporá fundamentalmente em causa a «détente» na Europa.

Varsóvia não deve suceder a Kabul, na passividade e na apatia inquieta de uma Europa muda antes de se tornar também ela vítima.

Paris, Setembro de 1980.

Dominique Moïsi

Director-Adjunto do Instituto Francês
de Relações Internacionais (IFRI)